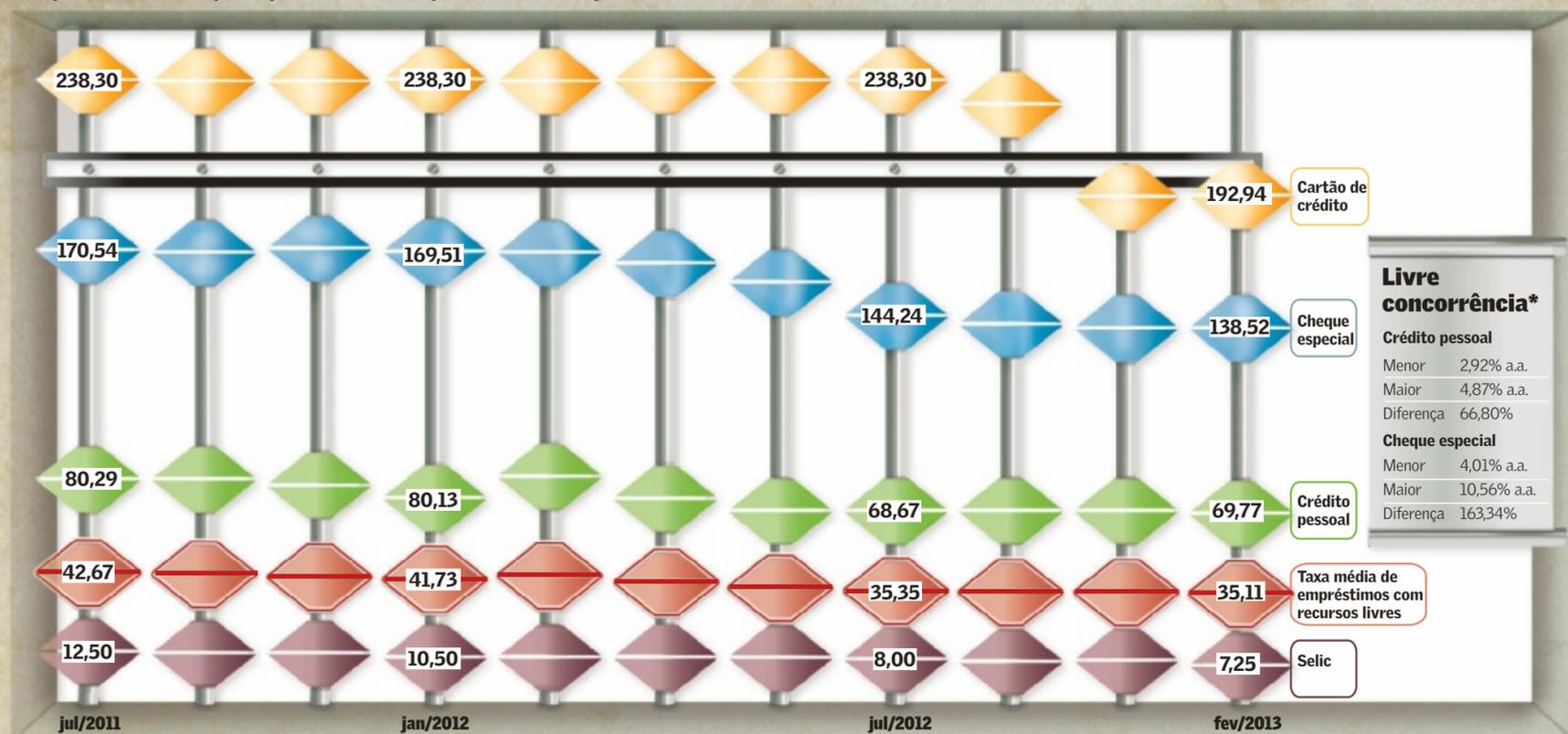


Italsofa, maior fabricante de sofás da Itália, investe aqui em novas lojas e em outlet D5



O sobe e desce dos juros

Comportamento das principais taxas de empréstimo ao varejo - em % ao ano



Fontes: Banco Central e Anefac.* Taxas coletadas de 21 a 27 de março referentes aos oito maiores bancos de varejo

Hora de financiar?

Expectativa de Selic maior já começou a tornar empréstimos mais caros, e custo pode aumentar ainda mais. Especialistas veem momento oportuno para trocar dívidas caras ou tomar crédito antes da alta da taxa básica. Por **Sérgio Tauhata**, de São Paulo

Quem tiver necessidade real de tomar crédito deveria pensar em fazê-lo já, é o que recomendam os especialistas. Isso porque, se houver o esperado aumento dos juros básicos da economia pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que pode ocorrer nesta semana ou no próximo mês — as apostas do mercado estão divididas —, o custo do empréstimo vai ficar mais alto. “Se a pessoa realmente precisa, é melhor fazer [o financiamento] agora. Um possível aumento da Selic coloca o crédito em situação comparável, por exemplo, à dos veículos com redução do IPI”, diz o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi. Por isso, talvez seja melhor aproveitar antes que as condições atuais acabem.

Um olhar mais atento, porém, revela que a simples expectativa de alta da taxa Selic, que paira no ar desde meados de janeiro, já influencia os juros praticados no mercado. As novas dívidas têm ficado mais caras desde o início do ano. Em janeiro, a taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres para pessoa física, calculada pelo BC, subiu 0,74 ponto percentual em relação a dezembro. Em fevereiro, registrou novo acréscimo, de 0,52 ponto percentual sobre o mês anterior.

Esse movimento acontece porque, assim como a expectativa de que vai haver um aumento da Selic mexeu com os juros negociados no mercado futuro, que tem impacto sobre os investimentos, o mesmo ocorre no mundo dos empréstimos. “O mercado futuro vai precificando essas expectativas e, como a captação de recursos está sujeita às

taxas futuras, torna o ‘funding’ mais caro”, afirma Félix Cardamone, vice-presidente executivo do Santander para produtos, varejo, financeira e seguros.

Se ocorrer um aumento da Selic, entretanto, a decisão do Copom aparentemente passaria longe de ser uma comporta aberta para a volta de juros tão altos quanto os que existiam antes da mínima histórica. O boletim Focus do Banco Central, que reúne projeções de instituições para indicadores macroeconômicos, publicado em 12 de abril, mostra que o mercado estima uma elevação total de 1,25 ponto percentual da Selic até o fim do ano, em doses de 0,25 a 0,50 ponto percentual.

Por conta dessa perspectiva de aumento contido, especialistas divergem sobre o impacto desse esperado aperto monetário sobre as taxas cobradas nos financiamentos. Na visão do consultor Mauro Calil, a alta da Selic tem efeito limitado por conta dos “spreads” — a diferença entre custo de captação e a taxa cobrada ao se emprestar os recursos — ainda muito elevados mesmo após as quedas recentes. “As linhas são caras no Brasil e, para taxas de dois e até três dígitos ao ano, um ponto percentual a mais, na prática, é pouco sentido pelo consumidor”, afirma.

Na mesma linha de argumentação, o professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Sammy Dana, vê o impacto de uma subida da Selic diluído no custo das dívidas mais tomadas pelos brasileiros, como cheque especial e cartão de crédito. “Mesmo com as reduções [de taxas] do ano passado, ainda temos o se-

gundo maior ‘spread’ do mundo”, afirma o pesquisador.

A consequência de uma elevação da Selic sobre o crédito depende, no entanto, da duração e extensão do ciclo de aperto monetário. Embora a estimativa do mercado para o acréscimo na taxa básica se restrinja a 1,25 ponto percentual até o fim do ano, para o consumidor esse aumento pode ser maior.

Em artigo publicado no **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**, em 20 de março, uma fonte de mercado confirmou ao colunista Cristiano Romero a possibilidade de aumentos nas taxas de crédito proporcionalmente maiores que a alta da Selic. Segundo essa fonte, mesmo que o Copom comece o ciclo de aperto monetário com uma subida de 0,25 ponto percentual, o juro bancário poderia ter um salto bem maior, de um a dois pontos percentuais. Esse aumento viria por conta de uma recomposição de margens comprimidas desde a cruzada do governo pela queda do spread.

De qualquer modo, ainda que não ocorra uma alta desproporcional na ponta do consumo, mesmo pequenas elevações da Selic tendem a afetar esse mercado de modo considerável, como mostram várias pesquisas. O próprio BC tem documentos que indicam transmissão completa de elevações da taxa básica pelo canal de crédito.

Outros estudos sugerem um peso ainda maior do aperto monetário sobre as linhas bancárias. Um levantamento do Grupo de Economia Aplicada da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a partir de séries históricas de 2000 a 2011, estabelece uma relação mais ex-

pressiva entre Selic e taxas de empréstimos: cada 1 ponto percentual de alta do juro básico equivaleria, em média, a mais 1,7 ponto percentual no custo do financiamento para a pessoa física. O aperto monetário nessa relação poderia equivaler, no fim do ano, a um aumento de, pelo menos, 2,12 pontos percentuais no custo do crédito bancário, caso o cenário previsto no boletim Focus prevaleça.

Parece pouco, mas um aumento de dois pontos em uma dívida de longo prazo tem impacto significativo. Em um financiamento de veículo de R\$ 20 mil em 60 meses, por exemplo, só os juros extras equivalem a mais de R\$ 2 mil. Ou seja, o tomador pagaria 10% a mais sobre o valor total emprestado.

Como consequência do ciclo de afrouxamento monetário, de agosto de 2011 a outubro de 2012, que cortou 5,25 pontos percentuais da Selic, e da pressão do governo, o custo do crédito caiu. Desde julho de 2011 até fevereiro deste ano, a taxa média de operações para pessoa física com recursos livres medida pelo BC teve um decréscimo de 7,56 pontos percentuais, que equivale a queda de 17,71%. O cheque especial teve uma diminuição de 32 pontos percentuais no período, ou seja, um barateamento de 18,8%.

O corte de taxas, entretanto, passou longe de ser linear dentro dos bancos e das financeiras. O que aumentou mesmo foi a distância entre as taxas cobradas pelas instituições, particularmente entre as públicas e as privadas, para as linhas mais usadas pelos brasileiros, como cheque especial, cartão de crédito e crédito direto ao consumidor

(CDC). As diferenças chegam a ser de 163% entre as mais baratas e as mais caras praticadas pelos maiores bancos de varejo, segundo dados disponíveis no BC.

Devido a essas disparidades, os usuários das linhas mais caras devem considerar a mudança de instituição. “Não faz sentido continuar pagando mais de 6% de juros ao mês no cheque especial se existem opções mais baratas no mercado”, afirma Letícia Camargo, planejadora financeira certificada pelo Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros (IBCFPF).

Para a especialista, se o consumidor pesquisa o menor preço antes de comprar um produto, deveria fazê-lo também com as taxas de juros. Mesmo no caso de dívidas já contratadas, a comparação ajuda a diminuir custos porque empréstimos antigos podem ser portados para instituições com melhores condições.

O momento ainda é propício para o consumidor trocar uma dívida cara por outra mais barata, mesmo sem mudar de banco. “Para o endividado, provavelmente a melhor opção é um consignado, que é a linha com a melhor taxa do mercado, fora o financiamento imobiliário”, diz a planejadora. O consumidor de crédito pode, por exemplo, cobrir o cheque especial para não ficar continuamente tomado a taxas de até 9% ao mês.

Embora o momento seja favorável ao crédito, os especialistas são unânimes em alertar para o perigo de se contrair dívidas sem necessidade real. “Consumir pagando juros é uma barbearagem financeira”, afirma Mauro Calil.

Ver também página D2



PÁGINA 3

LIVRO

Cristiane Correa lança “Sonho Grande”, um manual de negócios que mapeia a estratégia de gestão de Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira



PÁGINA 4

CULTURA

Projeto venezuelano de inclusão social El Sistema, que leva ensino de música erudita a jovens, chega ao Brasil via parceria com o governo federal

PÁGINA 6

EM MOVIMENTO

Órfãos desamparados da Kombi lamentam o fim de um ícone que, por 56 anos, colocou trabalho e lazer a bordo do mesmo veículo